

- b) Cópia da licença de utilização para o exercício da respectiva actividade;
- c) Cópia da última declaração de IRS/IRC efectivamente entregue na respectiva repartição de finanças.

2 — As cópias dos documentos a juntar ao respectivo processo, podem ser certificadas pelos serviços competentes da Câmara, mediante a apresentação do original.

Artigo 10.º

Renovação

As licenças previstas no presente Regulamento são renovadas anualmente, mediante o pagamento das taxas previstas no Regulamento Municipal de Taxas e Licenças do Município de Alandroal.

Artigo 11.º

Fiscalização

A fiscalização do cumprimento do presente Regulamento compete aos serviços de fiscalização municipal existentes e às forças de segurança com intervenção na área do município.

Artigo 12.º

Contra-ordenações

2 — A não afixação ou afixação em lugar não visível do exterior do estabelecimento, do mapa de horário de funcionamento constitui contra-ordenação punível com coima de 149,64 euros a 448,92 euros, para pessoas singulares e de 448,92 euros a 1496,39 euros para pessoas colectivas.

3 — O funcionamento fora do horário estabelecido constitui contra-ordenação punível com coima de 249,40 euros a 3740,98 euros para pessoas singulares e de 2493,99 euros a 24 939,89 euros para pessoas colectivas.

4 — A aplicação das coimas é da competência do presidente da Câmara Municipal.

Artigo 13.º

Dúvidas e omissões

Todas as dúvidas e omissões serão resolvidas por deliberação do presidente da Câmara Municipal.

Artigo 14.º

Norma revogatória

Com a aprovação do presente Regulamento é revogado o regulamento actualmente em vigor.

Artigo 15.º

Entrada em vigor

O presente Regulamento entra em vigor decorridos 15 dias após a sua aprovação.

CÂMARA MUNICIPAL DE ALCANENA

Aviso n.º 4140/2003 (2.ª série) — AP. — Em 24 de Fevereiro de 2003, nos termos conjugados do artigo 74.º, n.º 2, e artigo 94.º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, a Câmara Municipal de Alcanena deliberou rever o Plano Director Municipal.

De acordo com o n.º 2 do artigo 77.º do referido diploma legal, fixa-se o prazo de 35 dias, com início a partir da publicação do presente aviso no *Diário da República*, durante o qual irá decorrer o processo de audição ao público, de forma a poderem ser formuladas sugestões e apresentação de informações sobre quaisquer questões que possam ser consideradas no âmbito do respectivo procedimento de elaboração.

Durante aquele período, os interessados poderão consultar no Departamento de Obras Particulares e Urbanismo da Câmara Mu-

nicipal de Alcanena e na sedes das juntas de freguesias, o documento de fundamentação da revisão do PDM, que acompanhou a deliberação de Câmara e que descreve os objectivos, metodologia e prazos a observar no processo.

Os interessados deverão apresentar as suas observações ou sugestões em impresso próprio, ou em ofício devidamente identificado, dirigido ao presidente da Câmara Municipal de Alcanena, e entregue no Departamento atrás referido.

Com o objectivo de promover a participação neste processo, é criada uma página específica no *site* da CMA (<http://www.cm-alcanena.pt/pdm>), através do qual os interessados poderão consultar os fundamentos da revisão do PDM de Alcanena, e acompanhar o desenvolvimento de todo o processo, bem como formular as observações e sugestões, no próprio *site* ou descarregar o impresso próprio. E ainda disponibilizado um e-mail próprio (pdm@cm-alcanena.pt).

O presente aviso vai ser afixado nos lugares públicos do costume.

8 de Abril de 2003. — O Presidente da Câmara, *Luís Manuel da Silva Azevedo*.

Aviso n.º 4141/2003 (2.ª série) — AP. — Em cumprimento do disposto na alínea b) do n.º 1 e n.ºs 2 e 3 do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, aplicado à administração local por força do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 409/91, de 17 de Outubro, se torna público que esta Câmara Municipal celebrou contrato de trabalho a termo certo, por urgente conveniência de serviço, com Tiago Carvalho Dias, motorista de pesados, com início em 21 de Abril de 2003.

Nos termos dos artigos 14.º, 18.º e 20.º do citado diploma, na nova redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 218/98, de 17 de Julho, por seis meses, objecto de renovação, mas a sua duração nunca poderá exceder dois anos. [Isento do visto do Tribunal de Contas, nos termos do disposto na alínea 2) do n.º 3 do artigo 114.º da Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto.]

24 de Abril de 2003. — O Presidente da Câmara, *Luís Manuel da Silva Azevedo*.

CÂMARA MUNICIPAL DE ALCOCHETE

Aviso n.º 4142/2003 (2.ª série) — AP. — *Alteração e republicação do quadro de pessoal.* — Nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 3 do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 116/84, de 6 de Abril, com a redacção da Lei n.º 44/84, de 13 de Setembro, torna-se pública a alteração e republicação do quadro de pessoal deste município, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 286, de 13 de Dezembro de 2000, face aos seguintes factos:

Criação de: um lugar de técnico superior de biblioteca e documentação; um de técnico de animação sócio-cultural; um de técnico de educação; um de técnico de informática e três de técnico profissional de biblioteca e documentação, por deliberação desta Câmara Municipal de 12 de Fevereiro findo, aprovado pela Assembleia Municipal na sessão de 28 do mesmo mês;

Extinção dos lugares vagos de auxiliar de acção educativa nos termos do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 234-A/2000, de 25 de Setembro;

Extinção dos lugares que vagaram de auxiliar técnico de desporto e auxiliar técnico de limpeza nos termos do Decreto-Lei n.º 412-A/98, de 30 de Dezembro;

Aditamento automático da categoria de operador de estações elevatórias de tratamento e depuradoras, no grupo de pessoal operário altamente qualificado, nos termos do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 84/2002, de 5 de Abril;

Alteração dos lugares de encarregado geral e encarregado do pessoal operário para chefias do pessoal operário, encarregado geral e encarregado nos termos do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 149/2002, de 21 de Maio;

Alteração provocada pelo Decreto-Lei n.º 97/2001, de 26 de Março — Estatuto das carreiras, categorias e funções do pessoal de informática; e

Alteração imposta pelo Decreto-Lei n.º 141/2001, de 24 de Abril — Regime de dotação global dos quadros de pessoal.